



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública
Volumen 1, Número 1 - noviembre 2014



FLACSO
ECUADOR



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública

Volumen 1, Número 1, noviembre 2014

MUNDOS PLURALES 1

Editores

Betty Espinosa (FLACSO Ecuador)

André-Noël Roth (Universidad Nacional de Colombia)

William F. Waters (FLACSO Ecuador)

2

Comité Editorial

Renato Dagnino (Universidad de Campinas)

Ana María Goetschel (FLACSO Ecuador)

Gloria Molina (Universidad de Antioquia)

Michael Uzendoski (FLACSO Ecuador)

Thomas Périlleux (Universidad de Lovaina)

David Post (Pennsylvania State University)

Comité Asesor Internacional

Jean De Munck (Universidad de Lovaina)

Leopoldo Múnera (Universidad Nacional de Colombia)

Robert Cobbaut (Universidad de Lovaina)

Javier Roiz (Universidad Complutense de Madrid)

Rolando Franco (FLACSO Chile)

Cuidado de la edición: Verónica Puruncajas

Diseño y diagramación: FLACSO Ecuador

Imprenta: Hominem

© De la presente edición

FLACSO, Sede Ecuador

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro

Quito, Ecuador

Tel.: (593-2) 294 6800

Fax: (593-2) 294 6803

www.flacso.edu.ec

ISSN: 1390-9193

Quito, Ecuador 2014

1ª. edición: noviembre 2014



Índice

Presentación	5
Introducción	7-8

Artículos

La investigación en políticas públicas: ¿ingeniería social, argumentación o experimentación democrática?	11-27
André-Noël Roth	
¿Qué es una capacidad?	29-57
Jean De Munck	
Tecnología Social e Economía Solidaria: construyendo a ponte	59-78
GAPI- Unicamp	
¿Evaluar el trabajo de investigación?	79-92
Thomas Périlleux	

Reseñas

Rosanvallon, Pierre	
“La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad, proximidad”	95-97
Servio Alberto Caicedo	
Fischer, Frank	
“Democracy and Expertise: Reorienting Policy Inquiry”	99-101
Ana María Fernández	
André-Noël Roth Deubel	
“Políticas Públicas. Formulación, implementación y evaluación”	103-105
Verónica Vallejo	
Política editorial.....	107-112

Tecnologia Social e Economia Solidária: construindo a ponte

GAPI-Unicamp*

Rafael de Brito Dias (Coordenador)
Renato Peixoto Dagnino (Coordenador associado)
Henrique Tahan Novaes
Milena Pavan Serafim
Rodrigo Rodrigues da Fonseca
Rogério Bezerra da Silva
Laís Silveira Fraga
Carolina Bagattolli
Márcia Maria Tait de Lima
Vanessa Maria Brito de Jesus
Alcides Eduardo dos Reis Perón
Janaína Elisa Pati de Faria
Ednalva Félix das Neves

59

Introdução

O propósito deste texto é investigar os pilares que, de um lado e de outro de dois territórios ainda separados –da Economia Solidária (ES) e da Tecnologia Social (TS)–, podem ser identificados para construir a ponte que potencialize, por meio do tráfego das contribuições que neles se estão produzindo, o seu mútuo desenvolvimento.

Construir a ponte, no sentido de elaborar políticas públicas, é essencial para produzir o suporte cognitivo e material –a Tecnologia Social– necessário para tornar sustentável no plano econômico, social, cultural e ambiental, a Economia Solidária. Coerentemente com seus propósitos, o texto possui como objetivo mais ambicioso contribuir para a elaboração de políticas públicas para fortalecer esses dois pilares. Isto é, para fomentar atividades de ensino e pesquisa

* GAPI – Grupo de Análise de Políticas de Inovação, Universidade Estadual de Campinas

em Tecnologia Social em instituições públicas e no âmbito dos empreendimentos solidários – pilar Economia Solidária – que realizam atividades de produção de bens e serviços que dela necessitam.

Como ficará claro ao longo do texto, os conceitos de Tecnologia e de Economia Solidária que utilizamos e que sugerem a metáfora da ponte são também responsáveis por outra: a que entende a Tecnologia Social como plataforma cognitiva para a Economia Solidária.

O texto parte de duas questões de fundo. A primeira delas é “como utilizar os arranjos institucionais existentes e como conceber novos arranjos para fomentar a produção de bens e serviços intensivos em Tecnologia Social pela Economia Solidária, mediante o adensamento, o entrelaçamento e o completamento de cadeias produtivas?”. A segunda é “quais insumos devem alimentar a formação de profissionais, nos planos do ensino, da pesquisa e da extensão, para desenvolver Tecnologia Social?”. É com base nessas preocupações que construímos a argumentação aqui apresentada.

Avançando no terreno normativo, o texto se propõe a contribuir para desenhar estratégias para enfrentar os obstáculos ao fortalecimento dos dois pilares e à construção da ponte pela qual irá transitar a sociedade “para além do capital” que queremos. No plano teórico, o desafio é extremamente complexo (e, evidentemente, não temos a pretensão de superá-lo, apenas apontar alguns elementos que parecem necessários para qualquer estratégia que se proponha a fazê-lo). Como conceber novos conceitos, abordagens, metodologias, práticas, sociabilidades e lógicas que orientem essa construção a partir da crítica à crescente mercantilização de todos os âmbitos da vida? Como subverter os mecanismos que constituem o capitalismo contemporâneo, e a sua racionalidade tecnocientífica subjacente, tendo como guia propostas como as do “bem viver” e lógicas desmercantilizadas, autogestionárias, enfim, solidárias? Num plano operacional, como mapear oportunidades para a implantação de empreendimentos solidários (inclusão produtiva), prospectar potenciais de desenvolvimento de Tecnologia Social, identificar linhas de menor resistência para a mudança de marcos legais? Como, enfim, construir “a tal ponte” entre a ES e a TS?

Dedicando-se a esses questionamentos, este Texto para Discussão parte de algumas reflexões sobre a Economia Solidária (e aquilo que a difere da Economia Formal), enfatizando sua importância no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para a América Latina. Avança, posteriormente, no sentido de explorar a importância da Tecnologia Social como base cognitiva e material da Economia Solidária. Por fim, debruça-se sobre o papel do Estado como ator que é entendido como fundamental para alavancar essa dinâmica. Convém advertir os leitores para o fato de que, buscando deixar o texto mais conciso, não oferecemos

aqui as definições básicas que poderiam ser úteis àqueles que ainda não têm familiaridade com algum dos temas tratados. E, também, convidá-lo a consultar a versão estendida, de cerca de 50 páginas, de onde ele foi extraído.

Esperamos, com isso, sintetizar a perspectiva do Grupo de Análise de Políticas de Inovação da UNICAMP acerca do assunto e apresentar um material apropriado para receber comentários, críticas e recomendações que possam enriquecer nossa.

Economia formal, informal e taxa de lucro

Ao contrário do que ocorre no setor formal da economia, na ES, idealmente, não haveria complementaridade entre os empreendimentos (solidários) que a constituem. Como consequência da lógica que os origina, eles tendem a produzir bens e serviços semelhantes. Como, ao contrário do que ocorre com as empresas, onde os laços de compra e venda ao longo de cadeias produtivas compactas são a razão de ser de muitas delas, eles não são complementares. E a tendência na ES, ao contrário do que ocorre no setor formal, não é formar de cadeias produtivas, mas reproduzir uma situação de “funcionalidade subordinada” dos empreendimentos solidários em relação à Economia Formal. Esse fato, ao mesmo tempo em que não deve surpreender, uma vez que a “lógica” da sua criação nada tem a ver com a que preside a das empresas, aponta a necessidade de que se busque conceber e implantar, por intermédio dos meios cognitivos, legais, se subsídio estatal, etc., uma lógica alternativa; aquela que estamos chamando de “lógica solidária”. Embora, à primeira vista, seja suficiente entender o que caracteriza a funcionalidade que existe entre essas duas economias, e o porquê a segunda tenda a estar inevitavelmente envolvida numa situação de dependência ou de subordinação em relação à primeira, é conveniente aprofundar este ponto.

Para tanto, é necessário entender por que o *establishment* engendrado pelo capital (entendido como o controle que o entremeado de relações mantido entre as elites sociais, econômicas e políticas exerce sobre o conjunto da sociedade através do Estado) tanto teme a economia informal? Por que ele insiste em querer “formalizar” os informais? E o que essa pressão por uma formalização de tipo subordinado implica em termos das dificuldades que o *establishment* interpõe (e tenderá cada vez mais a interpor à medida que avance a democratização de nossa sociedade) ao movimento do setor informal na direção de um arranjo socioproductivo como o dos empreendimentos solidários?

Cinco fatores parecem explicar essa resistência:

- i. Porque no que tange à relação direta entre capital e trabalho, essa dinâmica estaria associada ao fato de que o capital, a menos que resolva “penetrar” no setor informal em função de uma mudança na sua expectativa de lucro, não tem como extrair mais-valia de seus integrantes.
- ii. Porque ao não contribuírem para formar o “exército industrial de reserva”, os empreendimentos solidários não exercem pressão para a diminuição da remuneração dos empregados no setor formal.
- iii. Porque o capital não tem como precisar (e apreçar) o valor dos bens e serviços, inclusive o da mercadoria força de trabalho que mediante relações que não são de assalariamento ele adquire. O custo de sua reprodução pode estar “disfarçado” pelo produto gerado por atividades informais –lícitas ou não– exercidas pelos “informais”.
- iv. Porque o fato de que não há como taxá-los com os impostos que incidiriam na produção de bens e serviços resultantes dessas atividades ou na renda auferida.
- v. Porque o ganho de consciência, mobilização, capacitação e organização dos empreendimentos solidários tem ainda ocorrido de forma muito tímida e frequentemente hostilizada pelas elites interessadas. Um avanço nessa direção envolveria, necessariamente, dois movimentos sequenciais, de “conscientização” dos explorados (ou a transformação de “conflitos latentes” em “conflitos encobertos”) e “empoderamento” (transformação de “conflitos encobertos” ou “latentes” em “conflitos abertos” passíveis de integrarem a agenda decisória das políticas públicas).

Economia Solidária e modelos de desenvolvimento

Cada vez mais a estratégia “neodesenvolvimentista” tem ganhado força como proposta teórica e como possibilidade política para os países latino-americanos. Aborda-se a seguir alguns pontos que parecem limitar a vigência desse modelo; limites que poderiam ser superados pela incorporação da ES à estratégia de desenvolvimento que ele se propõe desencadear. O “neodesenvolvimentismo” pode ser entendido como uma proposta de orientação das políticas públicas baseada na recuperação do pensamento latino-americano do qual foram expoentes intelectuais ligados à CEPAL, como Raul Prebisch e Celso Furtado nos anos de 1950 e 1960. Pensamento cujo conteúdo propositivo permaneceu até o início do período neoliberal e atravessando o das ditaduras sul-americanas, mais do que como orientação, como eixo em

torno do qual se organizaram políticas públicas que iam desde a cambial e creditícia até a de educação e científico-tecnológica.

O “neodesenvolvimentismo”, não se apresenta como uma simples recuperação daquele pensamento. Talvez Por pela ênfase que coloca na necessidade de que os países da região se contraponham à globalização e à crise do modelo (e do pensamento) neoliberal, ele não leva em conta a radical diferença que apresenta o contexto atual daquele que originou esse pensamento. Em particular interessa ressaltar o que respeita aos atores sociais que estão disputando a hegemonia na condução das políticas públicas e que por isto emergem como autênticos “fatos portadores de futuro” capazes de construir um cenário normativo coerente com seus valores e interesses. Ou seja, os “ex-excluídos” que, inclusive no plano econômico, fruto dos programas compensatórios que como o Bolsa Família no Brasil, estão a pressionar a agenda decisória das políticas públicas para que contemplem suas próprias agendas em processo de expansão quantitativa e qualitativa.

Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo, por apontar, ainda que não explicitamente, para a reconstituição do pacto desenvolvimentista, no qual ocupava um lugar de destaque a burguesia nacional (então nascente e hoje quase extinta ou claramente subordinada), que conduziu a um estilo de desenvolvimento concentrador e subordinado, e que logrou incorporar s atores sociais situados no campo da esquerda, deve merecer uma séria discussão.

Retomando, agora, o fio da meada, e para argumentar acerca da escassa viabilidade de que o neodesenvolvimentismo possa vir a solucionar os problemas que hoje afligem os povos da região latino-americana, vale a pena indicar algo que parece fundamental. Isto é, que a nossa “economia popular”, informal ou atrasada, diferentemente daquela que foi absorvida nos países avançados pela economia formal (e que mais rigorosamente falando deveria ser classificada como pré-capitalista), não foi nem será, como reza a teoria do desenvolvimento econômico que aprendemos, incorporada ao setor formal (ou “moderno”) dos países periféricos. Aquela incorporação, verdade seja dita, só ocorreu no capitalismo avançado de onde proveio essa teoria. A qual, por este motivo e como sói acontecer, se tornou para nossas elites, na periferia culturalmente dependente do capitalismo, um modelo a ser emulado por intermédio da ação do Estado colocado, bem mais do que naqueles países, a seu serviço.

Aqui, a reprodução do “mecanismo” da “funcionalidade subordinada” do setor informal tem provocado sua permanência no tempo e nos espaços que se situam na margem econômica do sistema de produção de mercadorias.

Há que entender então que é conveniente para o *establishment* do capitalismo brasileiro que o setor informal siga existindo. É ele que garante, por um lado, um

continuado e até agora “inesgotável” processo de acumulação primitiva semelhante, àquele que vem dilapidando nossos recursos naturais e deteriorando nosso ambiente. E, por outro, o mecanismo de geração de mais-valia absoluta que, por meio da manutenção da tendência decrescente do valor real dos salários que acompanhou nosso “desenvolvimento” econômico, beneficia os proprietários da economia formal sem que para isto tenham que aventurar-se nos mares inóspitos e arriscados da inovação que, nos países avançados, pela via do aumento da mais-valia relativa, é o que impulsiona o capitalismo.

O que é extraído do trabalhador situado no campo “atrasado”, na informalidade (e, historicamente, quando se trata da transição do feudalismo para o capitalismo, ou analiticamente, quando se pensa na situação descrita pela teoria do desenvolvimento econômico) e submerso numa “produtividade marginal do trabalho” menor do que a do espaço urbano industrializado, não é mais-valia relativa.

Parece conveniente esclarecer a esta altura o porquê da recorrente menção que se faz à relação que teria ocorrido entre o capitalismo que emergiu, ao longo de vários séculos, da desagregação do sistema feudal. Ou, mais precisamente, porque se toma o modo como o marxismo interpreta esse processo como referência para analisar a relação entre o setor formal e informal da economia brasileira. A razão é simples: a analogia, embora forçada, se deve a que aquela estilização parece ser útil (senão a única) para abordar essa relação.

Sendo talvez dramático demais, mas para que se entenda o caráter dessa relação, há que entender que o que provém do setor informal não é suor, é sangue! Não é mais-valia relativa oriunda da introdução do que os marxistas ortodoxos, por aceitarem o dogma da Neutralidade e do Determinismo da tecnociência que serve à doutrina liberal, ainda chamam de “progresso técnico”. Não é algo derivado do desenvolvimento linear e inexorável das “forças produtivas” que tensionam as “relações sociais de produção” etc. e que segundo eles é o motor da História. É mais-valia absoluta.

O que, aliás, está muito de acordo com nossa condição de barbárie, onde uma elite travestida de “burguesia nacional”, que não é nem burguesia, porque não rompeu com a oligarquia rural e não tem sido sequer capaz de explorar a “sua” classe trabalhadora, como o faz sua congênere dos países avançados, nem nacional, uma vez que se alia com o imperialismo. O que faz com que dela não se pudesse (nem se possa) esperar a revolução democrático-burguesa, processo que seria fundante do nosso capitalismo orientado pela idéia do desenvolvimentismo.

Incluir os excluídos (os situados na economia informal ou pré-capitalista) na economia formal, como sempre foi o sonho de todo desenvolvimentista, e ainda o é no caso dos neodesenvolvimentistas de hoje, mantendo a idéia tradicional e

cada vez menos exequível, de absorver o setor informal, não é, definitivamente, a proposta que aqui se defende.

Parece-nos mais social, política, e ambientalmente sustentável incluí-los, não na economia formal, e sim, na ES. Há que enfatizar, então, que aqui se entende a ES como o “antônimo” –a imagem especular– do setor informal. E que os movimentos da Economia Solidária e da Tecnologia Social, que atualmente começam a convergir, devem adotar a idéia de que a oposição (ou a contradição a ser resolvida pelo desenvolvimento) não deve ser entre os setores formal e informal, como pensavam os desenvolvimentistas e dão a entender os neodesenvolvimentistas, mas sim entre o setor formal e a Economia Solidária.

Parece, portanto, que a estratégia neodesenvolvimentista seria tão inócua quanto é hoje o “remédio keynesiano”. A virtuosa cadeia consumo-produção-emprego, estimulada pelo Estado e que resultava em crescimento econômico e na diminuição do desemprego e da exclusão, foi quebrada pelo avanço da Tecnologia Convencional no sentido de incrementos crescentes da produtividade da força de trabalho. O que se tem hoje são, cada vez mais, economias onde o crescimento se dá sem criação de empregos (*jobless growth economies*) ou, até mesmo, com a eliminação de empregos (*jobloss growth economies*).

Essa situação faz com que a exclusão social aumente em praticamente todas os países e que se mostre particularmente dramática na periferia do capitalismo. A Tecnologia Convencional, ao mesmo tempo em que é, cada vez mais, um obstáculo à geração de empregos no âmbito da Economia Formal, não tem como ser utilizada nos empreendimentos solidários sob pena de transformá-los em empresas: justamente o que quer evitar o ideal da ES. É preciso, portanto, construir a ponte entre a TS e a ES, fortalecendo, assim, as estratégias para a superação da miséria e da exclusão social na América Latina.

Lógica do capital, “lógica do desespero” e “lógica solidária”

O que se propõe com os argumentos expostos até aqui é que a superação da lógica do capital. A qual só poderá ocorrer por meio do fortalecimento de uma “lógica solidária” –e não, como vem ocorrendo até agora, com base no que aqui se denomina a “lógica do desespero”.

A concepção da “lógica solidária” supõe um entendimento da lógica –do capital– que articula (1) o capitalismo, (2) a empresa e o (3) desenvolvimento, por ela, da Tecnologia Convencional que seja suficiente para conferir sustentabilidade ao conjunto de natureza simétrica que abrange a (1) a Economia Solidária, (2) os em-

preendimentos solidários e (3) o desenvolvimento de TS com interveniência direta dos mesmos. Ou, mais precisamente, elaborar uma lógica que oriente os processos que temos denominado de Adequação Sociotécnica.

Convém aqui ressaltar o quanto essa iniciativa é, por várias razões, temerária, e ressaltar que ela só será tentada aqui pela inexistência de uma proposta similar que sirva para orientar a prática dos interessados em conferir sustentabilidade ao conjunto que se quer fortalecer. De fato, partir da observação de como funciona um conjunto dotado de propriedades sistêmicas que foram sendo adquiridas ao longo de um processo secular de co-organização para chegar a propor outro, de natureza contra-hegemônica e sentido “contrário”, só se justifica na medida em que se reconheça que praticamente qualquer avanço que se obtenha nesta direção tende a resultar em algo menos pior do que a “lógica do desespero” que tem sido adotada na formação de empreendimentos solidários.

A lógica do capital pode ser estilizada a partir de uma corrente cujo primeiro elo é composto pelos valores e interesses dos detentores do capital e que informa uma racionalidade de maximização de lucro e de reprodução ampliada do capital (o segundo elo). Esse, por sua vez, orienta um terceiro: o procedimento de *screening* (ou escrutínio) na economia avaliando a expectativa de taxa de lucro de cada segmento. Ou seja, as empresas se instalam em segmentos econômicos segundo uma ordem decrescente de lucro esperado. E “param” quando esbarram numa taxa de “lucro” tão baixa que não lhes interessa, que só é compatível com a “lógica do desespero” da Economia Informal de onde estão emergindo s empreendimentos solidários.

O quadro que segue, organiza a reflexão acerca do objetivo (momento normativo) de idealizar uma “lógica solidária” a partir do que se descreve como sendo a “lógica do capital” (momento descritivo), referindo-as a três elementos que se imagina encadeados (ou derivados) na ordem em que são apresentados. O primeiro elemento (ou elo) seriam os “Valores e interesses” dos sujeitos associados a cada uma das duas lógicas. O segundo, “Racionalidade locacional”, se refere à maneira como atuam esses sujeitos para determinar onde situar os empreendimentos que organizam. O terceiro, “Insumo informacional”, alude ao conhecimento que eles necessitam para tanto.

	“lógica do capital”	“lógica solidária”
Valores e interesses	Aceitação e naturalização da propriedade privada, hierarquia e controle, exploração, busca e apropriação de lucro, competição entre empresas	Rejeição à propriedade privada, solidariedade, autogestão, geração de trabalho e renda e repartição do excedente gerado visando a complementaridade entre empreendimentos solidários
Racionalidade locacional	Oriunda de um longo processo de co-organização condicionado por objetivos de ocupação de segmentos de expectativa de lucro decrescente, complementaridade via competição	Adoção de racionalidade capaz de substituir a “lógica do desespero” por procedimentos visando a complementaridade dos bens e serviços via encadeamento (completamento e entrelaçamento de cadeias produtivas)
Insumo informacional	Conhecimento do empresário acerca das oportunidades de investimento	Identificação de espaços situados na zona de transição entre os setores formal e informal visando a produção de bens e serviços para autoconsumo, encadeamento, e para aquisição via poder de compra do Estado

O resultado buscado com a “lógica solidária” é orientar, no nível “micro”, de cada empreendimento solidário existente ou a ser criado, quanto à identificação/seleção de oportunidades de geração de trabalho e renda. O que demanda uma perspectiva metodológica de tipo “macro”, centrada num conjunto de procedimentos que tem como ponto de partida o escrutínio do tecido produtivo (nacional, regional ou local) em busca de oportunidades (algo assim como o que no ambiente privado se denomina “nichos de mercado”) passíveis de serem aproveitadas por empreendimentos solidários.

Conceber e pôr em marcha esse conjunto de procedimentos depende crucialmente das incubadoras universitárias de cooperativas e de arranjos semelhantes. Apoiado nos recursos cognitivos existentes nelas e nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa, esses procedimentos seriam recorrentemente aplicados de modo coerente com o próprio conceito de empreendimento solidário no que se refere à propriedade coletiva dos meios de produção, práticas autogestionárias, etc., e levando em conta o critério-objetivo de independência das redes de ES em relação à Economia Formal (circuito privado, mercado) com vistas ao entrelaçamento de cadeias produtivas e seu completamento à montante e à jusante.

Esse conjunto de procedimentos permitirá ir mais além da ação usual, abandonando a “lógica do desespero”. Aquela que instintivamente adota um excluído de-

esperado quando, para sobreviver, cata no lixo as latas de alumínio e as oferece ao atravessador que por elas paga um preço vil e as reinsere, como insumo industrial, na Economia Formal. A “lógica solidária” é a que permitirá a transformação do lixo –valor de uso assimilável à propriedade coletiva dos meios de produção– empreendimento solidário não em valor de troca, para o mercado, e sim em outro valor de uso a ser utilizado por outro empreendimento solidário. Será uma Tecnologia Social para produção, de esquadrias de alumínio, em empreendimentos solidários, para mais da metade das moradias brasileiras que são construídas pelos seus próprios moradores o que viabilizará a ES.

A proposta é, então, fazer com que novas oportunidades tão importantes quanto o “fenômeno” dos catadores (ou da reciclagem) não sejam fruto a aplicação da “lógica do desespero”; aquela que provém da ação desesperada dos excluídos. É fazer com elas seja o resultado de um processo que, desde o início, por meio de uma perspectiva metodológica de tipo “macro” como a aqui proposta, possa mobilizar os recursos cognitivos das incubadoras e das universidades e institutos de pesquisa, econômicos/políticos dos governos e de pressão social dos movimentos sociais, “engenheirar” cursos de ação com maior chance de sustentabilidade. Aquilo que se está aqui chamando de “lógica solidária”.

Para imaginar um dos seus resultados, pode-se pensar numa lista, elaborada até onde for possível com a participação de integrantes dos movimentos sociais interessados, que detalharia para aquela oportunidade, o conjunto de informações de caráter econômico e tecnológico necessário à exploração, pelos empreendimentos solidários a serem criados ou estimulados, caso já existam, a aproveitá-las. Além de ser um insumo para a elaboração de políticas públicas e para a orientação de ONGs, empreendimentos solidários, etc., ela funcionaria, no âmbito das incubadoras de cooperativas e das universidades como uma agenda de trabalho. De natureza interdisciplinar, e tendencialmente regional e local, ela serviria para orientar as atividades de docência e pesquisa nas instituições públicas de ensino hoje envolvidas, em grande medida por default, por inércia, ou pelo vácuo de projeto criado pelo neoliberalismo.

Abordando, agora, dificuldades de natureza material (não cognitiva) que teriam que ser enfrentadas pelos empreendimentos solidários, cabe ressaltar a necessidade da elaboração de políticas públicas adstritas a outros âmbitos de atuação do Estado capazes de materializar o potencial de mudança das medidas de política universitária e de C&T. E que poderiam ser entendidas como complementares, dado que situados no âmbito externo à universidade, àquelas que visam o fomento direto às incubadoras de cooperativas.

Terão que ser criados mecanismos institucionais que garantam, pelo “lado da demanda”, que os bens e serviços produzidos pelos empreendimentos solidários

possam realizar-se no “mercado”; entendendo-se por “mercado” algo que compreenda, inclusive, a demanda exercida através do poder de compra do Estado e, também, aquela proveniente dos integrantes da própria ES e do setor informal.

Por isso, aqueles profissionais encarregados do ensino, da pesquisa e do desenvolvimento de novas tecnologias teriam também que contribuir para a sustentabilidade dos empreendimentos solidários funcionando como um elemento de ligação (e tradução) entre o mundo dos empreendimentos solidários (e, em geral, dos movimentos sociais) e o mundo das agências do Estado hoje dedicadas a subsidiar a inovação nas empresas. Mundo com o qual eles, em função de sua formação, estão familiarizados e que teria que ser transformado, inclusive a partir da atuação destes profissionais.

Um objetivo dessas políticas públicas, de natureza específica e focada, seria o fomento ao entrelaçamento e completamento (à jusante e, principalmente, à montante) das cadeias produtivas em que atuam ou podem vir a atuar a curto prazo os empreendimentos solidários de maneira a torná-los cada vez menos dependentes da economia formal; seja para a colocação de seus produtos, seja para seu abastecimento com insumos produtivos. A consecução desse objetivo, complementar ao anterior, teria que contar com instrumentos de crédito específicos e preferenciais para aquisição de insumos, desenvolvimento de tecnologia, etc.

E como viabilizar a consolidação da lógica solidária? Suponhamos, para melhor explicar, uma situação-problema: a dificuldade que está enfrentando uma incubadora para viabilizar um dado empreendimento solidário. Suponhamos também que a incubadora atribui o problema ao fato do empreendimento solidário não ser competitivo no mercado em que tenta comercializar seu produto. E que, ademais, ela entende como causas dessa falta de competitividade o fato do produto do empreendimento solidário possuir qualidade inferior e preço superior ao oferecido pelas empresas (no setor formal). E que, “terminando” –no sentido da direita para a esquerda– essa cadeia causal, que isso se devesse a que os trabalhadores do empreendimento não possuem a qualificação adequada (que seria, então, a “causa primeira” a ser atacada).

A incubadora tenderia a apontar como causa crítica da situação-problema –“Insucesso da incubação”– a causa “Trabalhadores pouco qualificados”, uma vez que as demais, por envolverem situações que dependem do comportamento reativo dos concorrentes (expressas por “superior”, “inferior”, “competitivos”), estariam fora de sua governabilidade. E tenderia a planejar, para resolver o problema, ações relacionadas à qualificação dos trabalhadores no sentido de adquirir as capacidades que permitiriam ao empreendimento alcançar padrões de qualidade e preço competitivos em relação às empresas concorrentes que produzem bens ou serviços semelhantes.

Imaginemos, agora, que numa conversa com uma pessoa externa à incubadora, por exemplo, seus integrantes, passassem a perceber que o que consideravam causas do problema “Insucesso da incubação” são, na realidade, apenas percepções (equivocadas) da situação-problema que enfrenta. Percepções condicionadas pelo fato da incubadora estar sofrendo de uma “cegueira situacional”. Isto é, condicionada por uma forma de enxergar a realidade que decorre de uma perspectiva influenciada por sua situação. Por um “ângulo de visada” enviesado em função de sua história passada ou, no caso, de uma “cultura organizacional” condicionada pela atuação (práxis) dos integrantes da incubadora na incubação de empreendimentos solidários. Ou derivada da absorção do resultado da experiência de outras incubadoras.

Em suma, a incubadora estaria atuando segundo o que essa pessoa externa considera um procedimento inadequado para lograr o objetivo de inclusão social. Segundo ela, o resultado desse procedimento, por estar orientado pela “lógica do desespero”, seria desproporcional à energia que a incubadora está despendendo para tentar viabilizar o funcionamento (ou evitar a “falência”) do empreendimento. Ou seja, o fato de que sua instalação decorre de uma lógica associada ao modo de atuação –precário e desesperado– de um excluído sem expectativas de se envolver em outra atividade para sobreviver, tenderia a levar a um sistemático desperdício do potencial de trabalho da incubadora.

O fato das incubadoras estarem atuando segundo a “lógica do desespero”, tentando viabilizar uma cooperativa cuja formação ocorreu da forma desesperada, e não mediante a “lógica solidária” demandaria uma avaliação mais acurada acerca das causas que condicionam o insucesso do empreendimento. Para tanto, a incubadora teria que refletir sobre as razões que fazem com que exista esse entendimento de que os bens e serviços devam competir no mercado com os fabricados pelas empresas no setor formal, e que para que isto possa ocorrer os trabalhadores dos empreendimentos solidários devam ter uma “qualificação” semelhante ao que possuem os que trabalham em empresas. Ao fazê-lo o ator tenderia a compreender que a comparação com o que ocorre no setor formal que sua prática envolve (a manutenção da “lógica do desespero”) leva a que se perpetue uma relação de dependência, de “funcionalidade subordinada”. Essa compreensão se daria examinando o que parecem ser equívocos.

O primeiro se deve ao conceito de qualidade. Como bem sabemos no plano intelectual, mas esquecemos no plano de nossa prática quotidiana, ele tende a estar forte e crescentemente influenciado por um consumismo exacerbado que faz com que as mercadorias que a empresa produz tendam a reunir características de “qualidade” que não são apenas desnecessárias; são cada vez mais predatórias a nossa saúde, ao meio ambiente, para não falar da nossa cultura e inteligência.

O segundo equívoco é o relacionado ao preço das mercadorias. Há nesse sentido que recordar que na composição do seu custo ocupa uma parcela grande e crescente o trabalho morto. Um bom exemplo é o apresentado no documentário “A Corporação” acerca da remuneração de alguns centavos de dólar que recebe uma costureira localizada nalgum sórdido “local de trabalho” situado nalgum miserável país periférico por cada camiseta esportiva de marca vendida por quase uma centena de dólares num Shopping Center de uma metrópole de algum país rico. E, também, que nessa composição, o custo associado à propaganda, cada vez mais usada como um fator de competição entre as empresas, e determinante da sua “competitividade”, representa, para muitos produtos, uma parcela enorme. E, e mais do que desnecessária, espúria e predatória para a maioria da população. Alguém de nós já se perguntou quanto do preço de um tênis recém lançado, das dezenas que vemos na mesma vitrine, corresponde ao marketing?

Uma vez que a composição do custo de uma mercadoria, sobretudo aquelas dessa natureza, está influenciada pelo limite superior de preço que pode ser aceito pelo mercado, haveria que indagar de onde “sai” o custo associado à propaganda? A resposta, seguramente, nos orientaria a procurar uma redução do desempenho, do tempo de duração ou, enfim, da verdadeira qualidade do produto.

A tendência ao consumismo exacerbado que “manipula” a composição de custo e o preço dos bens e serviços produzidos pelas empresas condiciona duas outras igualmente nocivas –a deterioração programada e a obsolescência planejada– que conformam o trinômio que esta na base do lucro crescente das grandes empresas.

Não é nossa intenção aprofundar a questão, mas a título de provocação deixamos aqui algumas perguntas. Quanto tempo vai durar sua nova máquina de lavar roupa? Para onde vão as horas de trabalho que você economiza para o empregador usando o *web banking* ou o *web checkin*? Você consegue resolver algum problema com a “moça do *callcenter*”? Quantas horas de sua vida gasta procurando em sua residência o carregador de celular que precisa (e que possui a mesma voltagem e amperagem de saída e entrada, mas um *plug* diferente dos já encontrados) uma dona de casa finlandesa? E falo nela porque, como consumidora consciente de um país de capitalismo avançado onde o mercado e a competição “funcionam”, e cidadã de um país de democracia consolidada e relativamente participativa, essa dona de casa poderia forçar as empresas e o Estado a coibir esse tipo de prática cuja essência é evidentemente contrária aos interesses da sociedade. E que, mais do que isso, contribui para corromper, dado que naturaliza uma prática anti-social no interesse das empresas, uma sociedade em que os valores essenciais à raça humana se encontram cada vez mais “ameaçados de extinção”.

O terceiro equívoco, que como os anteriores decorrem de uma comparação indevida entre a ES e a Economia Formal, está associado à ideia de que os trabalha-

dores dos empreendimentos solidários não possuem a qualificação necessária para que estes possam competir com as empresas em qualidade e preço. Em relação a essa questão, há que enfatizar que qualificação é algo contextual e socialmente construído. E que o mesmo caçara semi-analfabeto que possui a qualificação necessária para viver numa mata às margens de uma foz de rio, uma vez que sabe pescar, caçar, plantar, coletar frutos, raízes e plantas medicinais, preparar e conservar alimentos, fazer barcos, tecer redes, construir casas, etc., poderá, caso vá para um centro urbano, ficar desempregado por não ter qualificação para candidatar-se a um posto de lixeiro ao qual chegam a concorrer pessoas que possuem o terceiro grau completo. O que, simetricamente, significa dizer que esse caçara poderia, caso pertencesse a um empreendimento solidário que contasse com uma tecnologia (aquela que temos denominado de Tecnologia Social) capaz de aproveitar as suas habilidades e saberes para produzir bens e serviços para o autoconsumo ou o consumo produtivo dos integrantes da ES, ou para serem adquiridos pelo Estado para implementar suas políticas públicas, passaria, de novo, a ser um indivíduo qualificado. E que, por isso, os empreendimentos solidários que se orientem para a produção de bens e serviços que aproveitem as habilidades e saberes dos excluídos que hoje se situam na Economia Informal, poderão apresentar vantagens comparativas em relação às empresas.

Há que lembrar, então, do que quase já virou um ditado entre os integrantes do movimento da ES – “a melhor cooperativa é aquela que vira empresa” – para evitar a armadilha desastrosa e desastrosa que montamos ao colocar, como parâmetro de avaliação dos empreendimentos solidários, a sua capacidade de competir no mercado. Ou, o que é o mesmo, aceitar a idéia de que se um produto de empreendimento solidário não conseguir competir no mercado com um fabricado por um empresa, ele “merece” desaparecer ou que não vale a pena seguir dedicando o tempo e esforço dos que trabalham nas incubadoras para tentar fazê-lo sobreviver adotando uma rota tecnológica alternativa, derivada da proposta da TS. Ou eventualmente, inclusive, perseguindo as oportunidades que o emprego da “lógica solidária” descortinar. O que se tem escrito sobre o conceito de sustentabilidade e sobre a noção de que ela, nos seus desdobramentos de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental, ao invés da competitividade, é o que deve ser buscado. É também um bom começo para evitar que caiamos na armadilha que nós mesmos condenamos.

Economia Solidária e Tecnologia Social

As duas seções anteriores sugerem que se especifique um pouco melhor como poderia ocorrer a relação entre a ES e o Estado no sentido de garantir a crescente aquisi-

ção dos bens e serviços produzidos pela ES e, por esta via, um processo contínuo de completamento, entrelaçamento e adensamento de suas cadeias produtivas.

Para que se entenda mais facilmente o que se quer explicar, vamos imaginar um iceberg. Sua pontinha acima da linha d'água é o que hoje se visualiza, ou aparece aos olhos dos interessados no assunto, como Economia Solidária. Num certo sentido, pode-se dizer que é o que de fato existe: as cooperativas de reciclagem, etc., nas cidades, e a agricultura familiar, etc., no campo. Mas há muito mais abaixo da linha d'água. Há muitas atividades de "intensidade tecnológica" que cresce à medida que se desce até a base do iceberg que são hoje realizadas por empresas. Algumas delas, sobretudo as que estão logo abaixo do nível d'água que poderiam ser realizadas por empreendimentos solidários caso dispusessem de TS. É muito difícil que hoje um empreendimento solidário brasileiro possa hoje produzir um avião como o que fabrica a EMBRAER; que na imagem que se está imaginando estaria bem na base do iceberg. Talvez em Mondragón isso possa vir logo a ocorrer...

Mais um exemplo. A maioria de nós, brasileiros, construímos a nossa própria moradia. 54% das casas brasileiras são produzidas pelos seus próprios moradores. Apesar disso, o programa Minha Casa Minha Vida reservou apenas 3% de seu orçamento para autoconstrução. Noventa e sete por cento foi para as construtoras. É difícil associar esse fato como um problema tecnológico? Não é por falta de "tecnologia" que existe essa divisão tão desproporcional àquela relação 54:3 e tão pouco coerente com outras políticas públicas elaboradas pelo governo. Agora, vai ser muito mais difícil isso acontecer no dia em que se possa contar com tecnologias que estejam adequadas sociotecnicamente para suportar e alavancar o processo de democratização em curso. Quando ele começar a obrigar a elite a construir o andar de cima, a duplicar o tamanho do Brasil, aí vai haver demanda cognitiva de ciência básica, não-básica, pura, impura, aplicada e de tecnologia alta, baixa, de ponta, rombuda, sofisticada, popular para todo o lado. Só não vai ser servir aquela tão impregnada pelos valores e interesses do capital que não seja possível descontaminar. Aquelas sobre as quais não seja factível a aplicação de um processo de Adequação Sociotécnica.

O papel do Estado e das políticas públicas

Para contextualizar esse assunto, é conveniente estimar as implicações que poderão advir do crescimento da ES. Uma avaliação grosseira do tamanho potencial da Economia Solidária pode ser realizada diminuindo do número de pessoas que hoje integram a População em Idade Ativa (160 milhões) aqueles que se encontram empregados "com carteira assinada", isto é, na Economia Formal (41 milhões). Esse

valor, de quase 120 milhões de pessoas, que com cada vez menor probabilidade poderão ser incorporados à Economia Formal, tenderão a permanecer ou ingressar na Economia Informal. Ou caso ocorra o que aqui se está propondo poderão somar-se aos dois milhões que hoje integram a ES.

Estimar do volume de produção que pode derivar do trabalho desses milhões de pessoas é significativamente mais complicado. Não obstante, é aceitável a proposição de que a ES possui um potencial capaz de promover inclusão sócio-econômica que vai além do impacto que geraria a produção dos bens e serviços para atender a demanda dos hoje excluídos e que passariam a ser “incluídos” na ES. E, também daquele que começa a ser visível com a política de compras públicas que começou a ser implementada envolvendo a compra de merenda escolar junto à Agricultura Familiar pelas prefeituras brasileiras. Impacto que poderia ocorrer, inclusive, no espaço urbano das nossas crescentemente excludentes metrópoles.

Para formar uma idéia do que isso representa e como poderia ser praticado, basta lembrar como funciona a relação entre o Estado, as empresas e a sociedade. A sociedade quer saneamento, rodovias, energia, educação, habitação, comunicação, saúde. O Estado, para atendê-la, formula políticas. E, para implementá-las, compra das empresas o que é necessário para atender a legítima demanda dos cidadãos. Isso é assim em todos os países e sempre foi assim desde que existe o capitalismo. Mas hoje é mais ainda do que no passado, dado muitos setores que produzem bens e serviços de natureza pública foram privatizados durante a voragem neoliberal obrigando hoje o Estado a “comprar” das empresas, desde educação básica até planos diretores de cidades de algumas dezenas de habitantes.

Dimensionar esse “mercado” é útil para formar uma idéia do tamanho econômico potencial da ES. Isso pode ser feito tendo em vista o montante que o Estado aloca hoje junto a empresas – 25% do PIB dos 40% que arrecada – para comprar os bens e serviços que ele fornece a todos os cidadãos mediante a implementação das políticas públicas. Bens e serviços que, como aqueles necessários para a “autoprodução” e o autoconsumo dos beneficiados pelos programas compensatórios que podem trabalhar nos empreendimentos solidários, poderão ser crescentemente proporcionados por eles (explorando com TS profundidades de “intensidade tecnológica” crescente que se situam abaixo da linha d’água em que flutua nosso iceberg) sem que para isto o Estado tenha que recorrer às empresas.

Ao que tudo indica, é possível conceber políticas públicas para proporcionar bens e serviços, e oportunidade de trabalho e renda, para os hoje excluídos sem o custoso “vazamento”, sob a forma de lucro empresarial (e outros fluxos de recurso menos legítimos), que implica a ação das empresas ao intermediar a relação entre o Estado e a sociedade. Há que lembrar a esse respeito que seguir alimentando os “vazamentos”

–ilegais ou garantidos em lei– que elas produzem esteriliza parte do gasto crescente que o Estado vem alocando a programas sociais, de inclusão produtiva, etc.

Em benefício da brevidade, referimo-nos aqui a medidas de política como as que se indicou há pouco e que supõem, para sua implementação, mecanismos institucionais apropriados que complementaríamos, pelo “lado da demanda”, os que se tratará mais adiante, que teriam que ser criados no sentido de gerar, pelo “lado da oferta”, as condições necessárias para produzir aqueles bens e serviços.

Elas se referem à utilização do poder de compra do Estado para a aquisição de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos solidários e sua destinação para satisfazer a demanda (a) do consumo produtivo dos empreendimentos; (b) dos trabalhadores e cidadãos integrados à Economia Solidária, estimulando esquemas de escambo que favoreçam a integração dos empreendimentos; (c) dos processos de implementação das políticas públicas que supõem, por exemplo, medicamentos, construção e manutenção de obras públicas, moradias, etc. e produção de materiais respectivos, alimentos para escolas, hospitais, etc., abastecimento de água e energia, etc.

Aos mais conservadores, que não aceitam a idéia de que outros arranjos econômico-produtivos que não as empresas devam receber algum tipo de ajuda do Estado, como a garantia ou promessa de que seus produtos serão por ele adquiridos, e também aos companheiros que dentro do movimento da Economia Solidária defendem que ela deve manter-se “independente” do Estado gostaria de lembrar algo que parecem ter esquecido. Ou seja, que em nenhum país capitalista a empresa privada sobrevive sem o Estado.

De fato, é o Estado que:

- produz a estrutura econômico-produtiva (comunicação, transporte, energia, etc.) e regula a legalidade (financiamento, impostos, preços, subsídios, salários, etc.) que viabilizam a atuação e asseguram o lucro das empresas;
- engendra e sustenta os arranjos institucionais que produzem o conhecimento incorporado, no sistema de ensino e pesquisa, em artefatos tecnológicos e em mão-de-obra qualificada, e desincorporado, na C&T, necessários à operação das empresas;
- fabrica emantém a superestrutura político-ideológica que assegura (e naturaliza) as relações sociais de produção assimétricas e antagônicas imprescindíveis para a reprodução do capital;
- socorre empresas, injetando recursos, ou asatrai, concedendo favores, quando suas outras funções não geram condições suficientemente atrativas;
- mantém a custosa estrutura policial que atua, com o emprego da violência, quando os demais mecanismos legais de coerção se revelam insuficientes, na defesa da propriedade privada.

E que por tudo isso, é economicamente justificável socialmente legítimo que a ES e os empreendimentos solidários que brotam da economia informal contem com um apoio do Estado pelo menos proporcional à enorme parcela da população com eles envolvida. Apoio que deve incluir de imediato a extensão aos empreendimentos solidários dos direitos trabalhistas proporcionados ao setor formal, à semelhança do já ocorre com o trabalho rural e doméstico.

Concluindo com este ponto, cabe uma palavra em relação à forma como, acreditamos, deveria ocorrer a relação entre a ES e o Estado. Para tanto é conveniente esclarecer que recomendar a utilização do poder de compra do Estado buscando substituir a empresa privada pelos empreendimentos solidários como fornecedores de bens públicos não é o mesmo que propor que “compras públicas” se dirijam à ES. A ideia é que o consumo dos bens e serviços produzidos pela ES não deve ser intermediado pelo mercado. Ou seja, que eles não se transformem em mercadoria; que eles sejam consumidos como valores de uso. Ou ainda, que esses bens e serviços não sejam produzidos para orientar-se para o mercado e sim com a finalidade de satisfazer necessidades humanas previamente identificadas e especificadas sem que para isso tenham que adquirir o caráter de valores de troca.

Insumos para a ponte

Retomando a ideia de que seria por meio da “lógica solidária” que se poderia lograr maior eficácia nas ações a serem implementadas visando o desenvolvimento da ES a partir da dinâmica estilizada acerca da relação entre os setores formal e informal da economia, vale a pena indicar outras duas ações que ela deveria apoiar fornecendo a capacidade de escrutinar oportunidades para materializar sua emergência a partir do Economia Informal.

O primeiro se relaciona à necessidade de tensionar a institucionalidade existente e, se necessário, o marco legal (à semelhança do que ocorreu para fazer com que uma parcela importante da merenda escolar possa ser adquirida, pelas prefeituras, de empreendimentos da Agricultura Familiar) para lograr que os bens e serviços produzidos pela ES possam ser adquiridos pelo Estado mediante escambo. Isto é, que o Estado, inclusive lançando mão de economias de escala relativas à compra dos bens e serviços produzidos pelo setor formal proporcione à ES (e a seus integrantes) aqueles necessários ao seu consumo final ou produtivo.

O segundo objetivo tem a ver com a formação ou capacitação de pessoas para a ES. O que não supõe apenas uma capacidade para atuar profissionalmente nos empreendimentos solidários como de empreender a tarefa, em vários sentidos re-

volucionária, de desenvolver, em paralelo e em conjunto com seus trabalhadores, o “pacote cognitivo” necessário a sua sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Balizada, por um lado, pelos princípios da ES e, por outro, pelas oportunidades de mudança nas agendas de docência e pesquisa (linhas de menor resistência ou de clivagens oriundas de insatisfações da própria comunidade de docentes, pesquisadores, estudantes e de fazedores de política), essa ação seria uma das contribuições essenciais e urgentes da “lógica solidária”. De novo, aqui, as incubadoras universitárias de cooperativas seriam, tal como se vem destacando, um espaço insubstituível de mobilização e experimentação.

A concepção da “lógica solidária” supõe que ocorra no seio do movimento da (ou pela) ES, o fortalecimento de um vetor (de mobilização e conscientização) que vá mais além dos que hoje aparecem como dominantes no âmbito do movimento: os que decorrem da tradição religiosa e sindical. Já existe o embrião desse vetor que poderia abraçar a idéia aqui exposta de concepção dessa lógica e de experimentação associada às ações a que se fez referência. Ele tem seu núcleo numa das iniciativas mais importantes – e inovadoras em nível mundial – que vêm sendo implementadas na América Latina no campo da extensão universitária: a das incubadoras (tecnológicas) de cooperativas (populares) em universidades (na sua maioria, públicas) brasileiras. Os estudantes e, em menor medida, os professores, que por privilegiarem o potencial de contribuição da universidade para a justiça social estão dispostos a colocar em xeque a sua ordem institucional (e este é o melhor conceito de esquerda que conhecemos), e que por isto estão engajados nos movimentos da ES e da TS, são “candidatos” a ocupar um papel central nesse processo.

Para encerrar este texto pareceu conveniente remarcar o referencial mais amplo que subjaz o que ele aborda. Por isso, se apresenta a seguir uma síntese que contém alguns dos elementos sobre os quais se fundamentam os argumentos nele contidos

Depois de ter esclarecido que a relação que a Economia Solidária deveria manter com a Economia Formal, que não seria nem de fechamento nem de rompimento, procuramos explicar com algum detalhe o tipo de relação de encadeamento que deveria ser buscado entre os empreendimentos solidários.

Retomando o que foi anteriormente exposto, sobre o fato de que entre os empreendimentos solidários praticamente não existem relações de compra e venda, que não há complementaridade, colocando a pergunta acerca de como fazer para que a ES venha a produzir insumos, serviços e bens finais, para ela mesma ou para serem consumidos pelo restante da população sem passar pelo mercado.

Se o nosso problema não é incluir os hoje excluídos no Economia Formal, mas sim na ES, promover seu encadeamento passa a ser essencial. Fala-se há muito tempo em completar as cadeias produtivas da ES; isto não é novidade para ninguém. Talvez

a coisa nova que vou abordar seja a de complementar essa idéia com as operações que implicam fazê-lo à jusante e à montante, e as noções de entrelaçar e adensar.

Essa ideia tem a ver com a necessidade de ir um pouco além, de “tecer” com mais finura para alcançar um maior nível de sofisticação no momento de elaborar políticas para a ES. Isso porque os mecanismos de indução ao movimento à montante e à jusante são diferentes. Questões relativas aos graus de liberdade, a flexibilidade tecnológica que se tem à montante e à jusante da cadeia podem ser razoavelmente diferentes; ao fato de que substituir bens de consumo pode ser mais fácil do que substituir os insumos que estão “dentro” destes bens de consumo, etc.

Para explicar a noção de completamento de cadeias produtivas podemos pensar em dois exemplos muito simples. Para a cadeia da coleta e reciclagem de alumínio, um completamento à jusante, na direção do aproveitamento da sucata, seria a produção de painéis. Para a cadeia de processamento de alimentos, um completamento à montante, na direção da obtenção dos insumos necessários, por exemplo, para a cocção, seria a produção de painéis.

Mantendo os exemplos, e pensando que seria pouco provável que o grupo de senhoras que processam alimentos possa vir a avançar na sua cadeia fundindo as painéis de alumínio que precisa para cozinhar, surge a noção de entrelaçamento de cadeias: o alimento processado por elas poderia ser trocado pelas painéis produzidas na cadeia que se inicia na coleta e reciclagem de alumínio.

A noção de adensamento de uma cadeia produtiva pode ser exemplificada tomando novamente o exemplo da cadeia da coleta e reciclagem de alumínio tendo em vista que a mesma atividade de fundição que daria início à produção de painéis pode dar também origem a processos que pudessem levar à produção de esquadrias de alumínio e de outros produtos relacionados ao equipamento para moradias (fogões, móveis, etc.). O resultado seria o adensamento da “cadeia do alumínio” que, anteriormente, terminaria com a operação de venda da sucata coletada e prensada aos atravessadores que, por sua vez iriam (eles, e não os trabalhadores da coleta) fornecer matéria-prima para cadeias como as que poderiam ser completadas e “adensadas” no âmbito da própria Economia Solidária.

Tudo isso, como já foi dito, tenderia a internalizar o excedente econômico no âmbito das cadeias produtivas dos empreendimentos solidários e, mais do que isto, das redes de produção, circulação, consumo e investimento da Economia Solidária.